

Intervenção educativa crítico-emancipatória por meio de jogo para enfrentamento da violência de gênero

Critical-emancipatory educational intervention through games to face gender violence

Intervención educativa crítico-emancipadora a través del juego para hacer frente a la violencia de género

Lucimara Fabiana Fornari¹

ORCID: 0000-0002-8655-6549

Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca¹

ORCID: 0000-0001-9440-0870

¹Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil.

Como citar este artigo:

Fornari LF, Fonseca RMGS. Critical-emancipatory educational intervention through games to face gender violence. Rev Bras Enferm. 2023;76(Suppl 2):e20220299. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0299pt>

Autor Correspondente:

Lucimara Fabiana Fornari

E-mail: lucimaraforfarnari@usp.br



EDITOR CHEFE: Dulce Barbosa

EDITOR ASSOCIADO: Rafael Silva

Submissão: 08-06-2022 **Aprovação:** 02-10-2022

RESUMO

Objetivos: analisar uma intervenção educativa, por meio do jogo “Violetas”, para a qualificação de profissionais que atuam no enfrentamento da violência de gênero. **Métodos:** estudo de abordagem qualitativa, envolvendo 28 profissionais de serviços intersetoriais de atendimento às mulheres em situação de violência, localizados em três capitais brasileiras. Os dados foram coletados por meio de Oficinas de Trabalho Crítico-emancipatórias, sendo submetidos à análise de conteúdo temática através de *software*. **Resultados:** os padrões sexistas, a pornografia e a diversidade sexual foram temas elencados pelas participantes para intervenção na realidade. Para tanto, sugeriram ações de orientação sobre a violência de gênero, promoção da assistência individual e grupal e consolidação da rede de atendimento. **Considerações Finais:** a intervenção se mostrou lúdica, devido ao uso de jogo, crítica, pelo fato de permitir a reflexão sobre o tema, emancipatória, devido à possibilidade de as profissionais repensarem a prática e se qualificarem para o enfrentamento do problema.

Descritores: Violência Contra a Mulher; Gênero e Saúde; Educação; Jogos Experimentais; Política Pública.

ABSTRACT

Objectives: to analyze an educational intervention, through game “Violetas”, for the qualification of professionals who work in the fight against gender violence. **Methods:** a qualitative study, involving 28 professionals from intersectoral services to assist women in situations of violence, located in three Brazilian capitals. Data were collected through Critical-Emanicipatory Workshops, being submitted to thematic content analysis through software. **Results:** sexist patterns, pornography and sexual diversity were topics listed by participants for intervention in reality. To this end, they suggested orientation actions on gender violence, promotion of individual and group assistance and service network consolidation. **Final Considerations:** the intervention proved to be playful, due to the use of games, critical, due to the fact that it allowed reflection on the theme, emancipatory, due to the possibility of professionals rethinking their practice and qualifying themselves to face the problem.

Descriptors: Violence Against Women; Gender and Health; Education; Games Experimental; Public Policy.

RESUMEN

Objetivos: analizar una intervención educativa, a través del juego “Violetas”, para la capacitación de profesionales que trabajan en la lucha contra la violencia de género. **Métodos:** estudio con abordaje cualitativo, en el que participaron 28 profesionales de servicios intersectoriales de atención a mujeres en situación de violencia, ubicados en tres capitales brasileñas. Los datos fueron recolectados a través de Talleres Crítico-Emancipadores, siendo sometidos al análisis de contenido temático a través de *software*. **Resultados:** los patrones sexistas, la pornografía y la diversidad sexual fueron temas enumerados por los participantes para la intervención en la realidad. Para ello propusieron acciones de orientación en violencia de género, promoción de la atención individual y grupal y consolidación de la red de servicios. **Consideraciones Finales:** la intervención se mostró lúdica, por el uso de juegos, crítica, porque permite la reflexión sobre el tema, emancipadora, por la posibilidad de que los profesionales repensaran la práctica y se capaciten para enfrentar el problema.

Descriptorios: Violencia Contra la Mujer; Género y Salud; Educación; Juegos Experimentales; Política Pública.

INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um problema que interfere na vida das mulheres. Na pandemia do novo coronavírus (COVID-19), observou-se o crescimento do número de mulheres em situação de violência devido ao aumento do tempo de permanência no espaço doméstico e da convivência com o agressor. Simultaneamente, houve restrição no acesso aos canais de orientação e denúncia, corroborando para o agravamento do problema⁽¹⁾. No mundo, uma em cada duas mulheres relatou ter sofrido ou conhecido alguém que vivenciou alguma forma de violência na pandemia de COVID-19⁽²⁾. No Brasil, uma em cada quatro mulheres com idade acima de 16 anos afirmou ter sofrido alguma forma de violência no mesmo período⁽³⁾.

O crescimento da violência contra a mulher impacta o sistema de saúde e econômico dos países. Pesquisa revela que as mulheres que sofreram mais de uma forma de violência têm maior tempo de hospitalização e 10 vezes mais chances de tentativa de suicídio, quando comparadas àquelas que não experienciaram situações de violência. As mulheres que vivenciaram violência psicológica reportam piora nos sintomas físicos e mentais autorrelatados⁽⁴⁾. Também se registra o aumento do custo de serviços prestados devido às consequências das violações e à redução da produtividade das mulheres envolvidas⁽⁵⁾.

Os serviços de apoio são essenciais para o enfrentamento da violência de gênero, pois oferecem acolhimento e suporte às mulheres. Para tanto, os profissionais desses serviços precisam estar capacitados para identificar o problema e buscar respostas às demandas das usuárias. Revisão da literatura, sobre a efetividade dos programas de capacitação dos profissionais de saúde para o enfrentamento da violência contra a mulher, mostrou que o atendimento empático e qualificado valida a experiência das usuárias e apoia a compreensão das suas necessidades, o que permite o alcance de melhores resultados para a superação do problema⁽⁶⁾.

Considera-se que a qualificação dos profissionais precisa envolver métodos de aprendizagem inovadores, como os jogos educativos. Revisão sistemática sobre o uso da gamificação no contexto educativo constatou que os jogos impactam positivamente no aprendizado, na motivação e no envolvimento dos estudantes, pois o processo de ensino é permeado pela curiosidade e alegria⁽⁷⁾. Outra revisão sistemática sobre o uso de jogos na enfermagem evidenciou a melhora do conhecimento e das habilidades dos estudantes, pois os jogos abrangem realismo e entretenimento⁽⁸⁾.

Nesta perspectiva, foi desenvolvido o jogo "Violetas: Cinema & Ação" no enfrentamento da violência contra a mulher. Trata-se de um jogo de tabuleiro colaborativo e estratégico. É formado por quatro a oito jogadores, que representam personagens da rede intersetorial de enfrentamento da violência. No início da partida, cada jogador recebe uma carta-referência que indicará o personagem e suas possibilidade de ação. Todos os jogadores se movimentam entre as cidades do tabuleiro com a finalidade de cercar os casos de violência⁽⁹⁾.

O jogo "Violetas" também é constituído por 35 perguntas de múltipla escolha e dissertativas, baseadas em cenas de filmes que abordam os seguintes temas: direitos sexuais e reprodutivos, diversidade sexual e racial, estereótipos de gênero, formas de

violência, políticas e práticas para o enfrentamento da violência. As perguntas respondidas corretamente possibilitam o acúmulo de cartas para a aquisição de *tokens* que garantem a vitória. Enquanto isso, as perguntas respondidas incorretamente aumentam as situações de violência nas cidades e podem resultar na derrota da partida⁽⁹⁾.

Este estudo é continuidade de pesquisa anterior que identificou as potencialidades do jogo "Violetas" para a ampliação da consciência crítica sobre a violência de gênero com profissionais que atuavam na rede intersetorial. Além disso, revelou a necessidade de intervenção educativa (IE) complementar as discussões levantadas na partida, para o aprofundamento da compreensão do problema e a perspectivação do seu enfrentamento⁽¹⁰⁾. Esse dado foi corroborado por outra pesquisa brasileira, que considerou o jogo como ferramenta mediadora do processo de aprendizagem, pois, além de estimular o diálogo e o exercício da análise crítica, depende da intencionalidade dos envolvidos⁽¹¹⁾.

Diante disso, as autoras deste estudo elaboraram uma proposta de IE por meio do jogo "Violetas", no formato de Oficina de Trabalho Crítico-emancipatória, que foi objeto de pesquisa com a seguinte questão norteadora: como uma IE, por meio do jogo "Violetas", pode qualificar os profissionais para o enfrentamento da violência de gênero?

OBJETIVOS

Analisar uma IE, por meio do jogo "Violetas", para a qualificação de profissionais que atuam no enfrentamento da violência de gênero.

MÉTODOS

Aspectos éticos

O estudo atendeu todos os requisitos propostos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Foi apresentado aos serviços intersetoriais que foram cenário do estudo, para conhecimento e solicitação de autorização para a coleta de dados. Durante a coleta de dados, foram respeitadas todas as medidas de segurança necessárias para a prevenção da infecção por COVID-19, a fim de minimizar os potenciais riscos à saúde e garantir a integridade dos participantes.

O anonimato dos participantes foi garantido mediante a substituição do nome pela letra "P", seguida de algarismo arábico. Devido às participantes serem mulheres, nas seções subsequentes, será adotado o gênero gramatical feminino para referenciar as falas.

Tipo de estudo e referencial teórico-metodológico

Trata-se de um estudo interventivo, de abordagem qualitativa, no qual houve articulação entre a investigação e a produção do conhecimento para a transformação da realidade por meio de ações e processos envolvendo as participantes⁽¹²⁾. Utilizou-se o instrumento *COnsolidated criteria for REporting Qualitative research* (COREQ) para guiar o percurso metodológico⁽¹³⁾.

Salienta-se que a proposta de IE foi ancorada no referencial da educação crítica e emancipatória, que considera a educação como uma forma de intervenção no mundo, uma vez que o saber é construído a partir da prática comunitária e da discussão sobre a realidade. Dessa forma, o processo de reflexão envolve o movimento entre o fazer e o pensar sobre o fazer⁽¹⁴⁾.

Cenário do estudo

O estudo teve como cenário as três primeiras unidades da Casa da Mulher Brasileira (CMB) em funcionamento no país, localizadas em Brasília (Distrito Federal), Campo Grande (Mato Grosso do Sul) e Curitiba (Paraná). A CMB é fruto de uma política pública para o enfrentamento da violência contra a mulher por meio da integração dos principais serviços especializados e multidisciplinares da rede de atendimento⁽¹⁵⁾. As unidades foram selecionadas devido ao tempo de funcionamento no período da coleta de dados, com data de abertura superior a cinco anos. Assim, considerou-se a consolidação do processo de trabalho intersetorial nas três instituições.

Fonte de dados

Neste estudo, o número de participantes não foi pré-definido, pois a finalidade foi conhecer as singularidades e os significados associados ao fenômeno, manifestados por meio de opiniões, representações, comportamentos e práticas⁽¹⁶⁾. Todas as profissionais que atuavam nas CMB no momento da coleta de dados foram convidadas para participar do estudo. O processo de seleção foi por conveniência das participantes. Foram incluídas as profissionais que atendiam mulheres em situação de violência e que participaram de uma partida do jogo "Violetas". Foram excluídas duas profissionais que não participaram integralmente da coleta de dados.

Participaram do estudo 28 profissionais que atuavam nas CMB, sendo cinco de Brasília, 14 de Campo Grande e nove de Curitiba. A coleta de dados ocorreu de acordo com a disponibilidade e o interesse das participantes, garantindo-se no mínimo quatro e no máximo 16 profissionais por unidade da CMB. Tal medida foi adotada, porque o jogo admite até oito jogadores por partida, sendo possível a realização de duas partidas ao mesmo tempo.

Coleta e organização dos dados

A coleta de dados foi realizada entre outubro de 2020 e outubro de 2021, por meio de Oficinas de Trabalho Crítico-emancipatórias (OTC). Elas foram conduzidas pela primeira autora do estudo, que possui experiência consolidada na técnica de coleta de dados. Também foram realizadas nas próprias instituições, pois apresentavam espaço físico apropriado e facilidade de acesso. Estavam presentes nas OTC a primeira autora e as participantes do estudo.

A OTC é um método de investigação e intervenção fundamentado na educação crítico-emancipatória e na epistemologia feminista. Esse método tem como pressupostos a participação, a responsabilidade compartilhada, a autoestima e o empoderamento. Está estruturado em quatro momentos: aquecimento, reflexão individual, reflexão grupal e síntese⁽¹⁷⁾.

Neste estudo, a OTC foi estruturada como IE e instrumento para a coleta de dados. Ela foi dividida em duas sessões de três horas de duração cada, realizadas em dois dias consecutivos, totalizando seis horas por unidade da CMB. As duas sessões incluíram os quatro momentos da OTC.

No primeiro momento, as participantes foram questionadas sobre as expectativas prévias ao jogo e realizaram uma partida. No segundo momento, cada participante escolheu uma pergunta do jogo que despertou a atenção e descreveu as repercussões do problema para as mulheres envolvidas. No terceiro momento, as participantes foram divididas em grupos, apresentaram as perguntas selecionadas e escolheram uma para elaboração de ações em resposta ao problema identificado no jogo, sendo aplicado no cenário de estudo. Posteriormente, em plenária, foram relatadas as ações elaboradas pelos grupos e analisadas as potencialidades e os limites para a implementação na prática profissional. No quarto momento, as participantes selecionaram, em revistas, imagens que representavam a experiência da participação de cada uma na OTC.

Análise dos dados

Os dados foram registrados por meio de texto e áudio. Os textos foram produzidos a partir das respostas das participantes registradas em papel. Os áudios foram produzidos por meio da gravação das oficinas, seguida pela transcrição na íntegra, validada pela segunda autora deste estudo.

Posteriormente, os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática, que prevê as etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, interpretação e inferência, nas quais foram realizadas a sistematização das ideias, a leitura aprofundada do material empírico, a categorização das falas em temas e a análise reflexiva da singularidade e totalidade das falas⁽¹⁸⁾. As etapas de exploração do material e tratamento dos resultados foram efetuadas por meio do *software Web Qualitative Data Analysis (webQDA)*⁽¹⁹⁾, a fim de otimizar a organização e o gerenciamento dos dados.

No *webQDA*, os dados foram inseridos como fontes internas. Os arquivos no formato DOCX contendo as falas foram divididos de acordo com cada CMB. As informações relacionadas à caracterização das participantes foram registradas em um arquivo no formato XLSX. As falas foram tratadas no *software* por meio dos Códigos Árvore, resultando nas categorias empíricas. A caracterização foi submetida à importação automática, responsável por gerar os seguintes descritores: sexo, faixa etária, estado civil, número de filhos, religião, cor da pele, escolaridade, formação complementar, profissão, tempo de experiência profissional e tempo de experiência na CMB.

RESULTADOS

Participaram do estudo 28 profissionais do sexo feminino. A maioria das participantes se encontrava na faixa etária entre 40 e 49 anos (n=10), era casada (n=11), tinha um ou mais filhos (n=19), referira ser católica (n=14) e se declarou de cor da pele branca (n=17). Todas apresentavam ensino superior completo, e a maior parte referiu ter pelo menos um curso de pós-graduação

(n=19). No que tange ao trabalho, atuavam como psicólogas (n=11), assistentes sociais (n=10) e técnicas-administrativas (n=7), com mais de 10 anos de profissão (n=18) e há mais de quatro anos na CMB (n=18).

A análise dos dados permitiu a emergência de três categorias empíricas: *Situações que demandam a atuação das profissionais; Ações que apoiam o enfrentamento da violência de gênero; Potencialidades e limites para a implementação das ações na realidade.*

Situações que demandam a atuação das profissionais

O jogo "Violetas" foi utilizado como ferramenta mediadora para a produção do conhecimento sobre a violência de gênero por meio de abordagem teórica (perguntas) e prática (dinâmica colaborativa). A experiência da partida motivou as reflexões construídas na IE. A partir das questões de gênero discutidas pelas participantes no jogo, foram elencadas três pautas, que requerem maior investimento no contexto de atuação da CMB: a desconstrução dos padrões sexistas, os riscos da pornografia e o respeito à diversidade sexual.

As participantes discutiram os padrões de feminilidade esperados para as mulheres na sociedade, entendendo que tais padrões reforçam a subalternidade feminina em relação à masculina, sustentam a ideia do ser perfeito e normatizam as situações que visam coibir qualquer propensão à desobediência da ordem social patriarcal.

A mulher passa a ser obrigada a se enquadrar em um padrão social em que as mulheres devem atender todas as expectativas e demandas dos homens, perdendo sua identidade. Ela não aceita se enquadrar nessa realidade e passa a perseguir, buscar uma saída, até descobrir que existia uma manipulação sobre as mulheres para que todas fossem "perfeitas" aos olhos dos homens. (P16)

As participantes refletiram sobre o impacto da pornografia na vida das mulheres, em que medida é uma fonte de prazer ou de violência, chamando a atenção para a naturalização da relação sexual forçada e o envio de imagens contendo o corpo nu para os parceiros.

As pessoas acabam vendo filmes pornôs e levam aquelas práticas para a vida pessoal, como se aquilo fosse o certo, o correto, que é aquilo que elas desejam, mas será que é? Será que aquilo é o que realmente desejo? Será que essa prática sexual é aquela que quero ou é aquela que foi imposta, ou é aquela que o meu companheiro que está viciado em pornografia quer que me submeto? (P25)

Segundo as participantes, a diversidade sexual foi escolhida pelo desafio implícito na reflexão sobre o tema. Esse aspecto foi evidenciado no espaço de trabalho e na vida privada das profissionais. Algumas reportaram conflitos familiares em decorrência da orientação sexual de um dos seus membros.

Como mãe, idealizei as minhas filhas: casamento, netos e tudo. Minha filha caçula, há um ano e dois meses, resolveu dizer para mim, ela me deu uma nora de presente. Tive que fazer o trabalho de desconstrução para aceitar, usei muito tempo o termo: "olha, respeito a sua decisão, mas não aceito". (P14)

Nas três pautas, as participantes comentaram sobre as dificuldades das mulheres para o rompimento das relações afetivas com a ocorrência de situações de violência. O reconhecimento do problema foi considerado como o primeiro passo de uma longa jornada para a superação.

A mulher no casamento tem que saber lidar com o homem que ela se casou, casamento não se rompe, é para toda a vida [...]. Então, tem todas essas crenças que alimentam, não chega a ser um comodismo, mas acho que isso chega a ser uma cegueira, uma falta de percepção sobre a condição dela dentro do relacionamento. (P4)

Para a superação do problema, as profissionais citaram a necessidade de fomentar o empoderamento individual e a autonomia das mulheres, para que se tornem ativas no processo de enfrentamento. Também comentaram sobre a participação dos homens na desconstrução das relações de poder dominantes, superando o papel exclusivo de réu.

Até que ponto a mulher na sociedade, nos vários contextos, tem poder de escolha? Acho que isso é o que tinha que trabalhar muito com as mulheres, com a sociedade, de uma forma geral, mas com as mulheres também, para elas acreditarem que têm poder de escolha. Elas devem ter autonomia, e não esperar. (P9)

Tem que envolver o agressor também no processo. Não acho que a gente vai conseguir avançar muito, porque o que ele faz hoje com a Maria, com a Joana, com a Eva, se não for feito nada, ele vai fazer com outra pessoa [...]. Claro, nós estamos atendendo a mulher, mas nós também temos que pensar que tem outra pessoa envolvida, que também é resultado de uma educação extremamente machista. (P21)

Ações que apoiam o enfrentamento da violência de gênero

Por intermédio das pautas suscitadas pelo jogo "Violetas", as participantes propuseram intervenções na realidade. Inicialmente, elas expressaram dificuldade para indicar ações para superação de um problema, cuja complexidade advém da sua origem na estrutura da sociedade. Posteriormente, discutiram e avaliaram as ações implementadas na prática relacionadas ao enfrentamento da violência. Por fim, elaboraram ações em resposta às perguntas do jogo que são evidenciadas nos cenários do estudo.

A divulgação do tema junto à comunidade por meio de campanhas, palestras e cartilhas foi amplamente citada. Segundo as participantes, deveria haver mais campanhas com a finalidade de aumentar o número de denúncias. As cartilhas foram consideradas como meio pertinente para orientação às mulheres, e as palestras foram apontadas como forma de prevenir o problema, principalmente quando realizadas com adolescentes e jovens.

O aumento do número de denúncias é uma consequência, por exemplo, das campanhas. Mês de agosto é o mês lilás, então o número vai lá em cima. (P9)

Acho que uma cartilha de orientação à mulher diante do procedimento judicial, para que ela saiba as etapas, os termos que às vezes não entende. Uma cartilha informando sobre os procedimentos judiciais e os direitos dela. (P5)

Vamos conversar com essa nova geração para prepará-los para mudar aos poucos essa estrutura social, para que isso não aconteça mais. Tem gente que pode falar, isso é utopia! Prefiro pensar que, daqui a alguns anos, isso um dia não ocorra mais. (P18)

Complementarmente, as participantes mencionaram a oferta de atendimento individual à mulher. Propuseram que, no primeiro encontro, ocorra o acolhimento e o reforço positivo, para que ela se sinta amparada e estabeleça uma relação de confiança com a profissional.

Segundo o que a gente colocou aqui, como uma expressão da psicologia, reforço positivo, que nada mais é do que falar o que ela tem de bom, que ela começa a discutir só a parte das qualidades, do que ela tem como pessoa, como mulher, até como profissional, ou como do lar. (P23)

Por meio do vínculo de confiança estabelecido entre profissional-usuária, as participantes sugeriram a inclusão da mulher em grupos de atendimento, pois constituem espaços de compartilhamento de experiências e suporte social. Nesses grupos, a mulher pode ter contato com outras histórias de vida semelhantes.

O que gosto muito nessa questão do grupo é que elas passam pelas mesmas situações. Então, ela ouvir de uma mulher que está passando pela mesma coisa, acho que isso enriquece muito. Quando ela escuta de nós: "ah, você está numa situação confortável, você não sabe o que é violência". Então, acho que até a própria valorização dela, de escutar da boca de uma outra, acho que isso enriquece muito. (P24)

Além do exposto, as participantes citaram ações para o enfrentamento da violência que não estavam diretamente associadas às mulheres. Elas refletiram sobre a necessidade de qualificar as profissionais desde o momento em que ingressam nos serviços de atendimento, independente da área de atuação. Essa medida foi justificada pelo fato de o tema ainda ser pouco abordado durante a formação universitária.

A gente teve um treinamento maciço quando tomou posse aqui, na CMB. Foi mais de uma semana, todos os dias, o expediente todo, com profissionais falando sobre gênero, sobre a violência, a própria Maria da Penha esteve aqui [...]. Então, isso foi muito importante, porque a gente estava chegando, a gente era novo. Eu não tinha nenhum conhecimento, nenhuma vivência em relação à violência doméstica, então realmente deu uma base bem sólida para a gente iniciar o trabalho. (P18)

A qualificação das profissionais foi considerada essencial para a implementação dos protocolos de atendimento e o estabelecimento do trabalho intersetorial de forma efetiva. Para tanto, as participantes sugeriram a realização de estudos de caso visando à discussão conjunta das alternativas para enfrentamento das situações peculiares das mulheres atendidas.

É como se pegássemos um caso, todo dia pegássemos um caso e vamos discutir, vamos ver se eu estivesse atendendo a dona Maria, qual seria a minha atuação. A gente mais ou menos sugeriria, mas será que não teríamos alternativas que não foram pensadas? Isso realmente acho que ajudaria, porque todos os dias são as mais diferentes situações. (P21)

Potencialidades e limites para a implementação das ações na realidade

Em seguida, na elaboração das ações, as participantes refletiram sobre o processo de implementação na realidade. Nessa perspectiva, elas discutiram sobre o acesso das mulheres aos serviços da CMB. Reconheceram que a pandemia de COVID-19 interferiu na diminuição da oferta dos atendimentos presenciais. Também questionaram as possíveis causas do aumento do número de mulheres atendidas, pois podem indicar o crescimento dos casos de violência ou maior procura, devido ao acesso à informação. Esse aspecto foi apontado como avaliação das ações desenvolvidas.

Até que ponto estou conseguindo realmente atender todo mundo que está passando por essa situação de violência? Pois a gente sabe que a maioria que passa pela situação não procura o serviço. Então, é muito difícil quantificar, a gente vai quantificar, avaliar por que teve mais procura das mulheres durante esses meses? Isso é positivo por um lado, mas por outro lado tem mais violência? (P9)

Houve reconhecimento de que a fragmentação do atendimento multiprofissional fragiliza o enfrentamento da violência. A necessidade de falar sucessivas vezes sobre a situação vivida para profissionais de diferentes setores pode resultar na disponibilização de informações inconsistentes que interferem no processo judicial. Diante disso, relataram a preocupação com a descontinuidade do cuidado dispensado à mulher, pois não existe retorno do resultado dos encaminhamentos.

Outra coisa, sinto imensamente isso, não sei o que vai acontecer com essa mulher quando a entrego lá na delegacia, se eles aceitaram o boletim de ocorrência, se ela recebeu a medida protetiva, se ela foi para os serviços que nós encaminhamos. (P22)

Quando há o retorno dos atendimentos, nem sempre refletem ações que efetivamente apoiaram as mulheres. Pelo contrário, às vezes, obstaculizaram ainda mais o processo de superação do problema. Esse aspecto foi associado, principalmente, aos setores de segurança pública e justiça, pois, ao reproduzir o sistema patriarcal, responsabilizam as mulheres pelas situações de violência.

Acho que a justiça é um pouco masculina, se a gente parar para pensar, e isso, às vezes, nem é dito, é implícito, acho que tem esse desencorajamento. Elas vão para a delegacia, elas sofrem outro questionamento, mas o que você fez? Qual foi sua parte? Então, elas vão deixando de ser vítimas e acabam saindo fora. (P2)

Em contrapartida, houve o compartilhamento de experiências exitosas desenvolvidas na CMB, que podem ser agregadas às ações desenvolvidas a partir do jogo "Violetas". Destacou-se o atendimento individual no formato *online*, que resultou na manutenção das medidas protetivas de urgência, os estudos de caso integrados, envolvendo os setores de atendimento para orientação das mulheres, e o acompanhamento até a superação da violência.

O atendimento por telechamada quebrou a objeção, porque às vezes você chama a mulher, especialmente essas que já passaram por aqui e que estão revogando medida, se você convida, se você

chama para ela vir, ela não vem, mas se você faz uma ligação de vídeo por WhatsApp, ela atende. (P7)

A gente pensou, principalmente, na estratégia dos estudos de caso, pensando também no que a gente viveu na CMB, nos estudos integrados, junto com os outros órgãos, e da facilidade - vou colocar entre aspas - porque não era perfeito, mas era uma forma que a gente tinha de fato de fazer com que a mulher tivesse acesso às outras políticas, e a gente entendia que tinha uma agilidade nas orientações, pelo menos, ou até no desenrolar dos processos. (P1)

Depois que a gente encerra esse atendimento com ela, avisa que está encerrando considerando a emancipação dela, a inserção no mercado de trabalho, que ela já não sofre mais violência, que as medidas estão sendo respeitadas, informa que a CMB funciona 24 horas e estará sempre à sua disposição, mas, por hora, encerraremos o caso. (P10)

Além de a participação na oficina propiciar esse tipo de reflexão sobre a prática e as ações que precisam ser implementadas, permitiu discutir as questões de gênero e os desafios para o enfrentamento da violência na realidade, intermediada pelo jogo.

Porque você tem mil coisas para discutir sobre esse tema, e isso que é legal também, você ter esse espaço para discussão para a reflexão. (P25)

As participantes avaliaram positivamente a maneira como a IE foi sistematizada, pois, apesar de tratar de um tema difícil para as mulheres, tanto usuárias como profissionais, promoveu o fortalecimento e a inspiração para a elaboração e implementação de ações colaborativas que visam ao enfrentamento da violência de gênero e constituem avanços nas políticas públicas para a garantia dos direitos das mulheres.

Acho que saí daqui um pouco mais inspirada, porque me vi fortalecida com as meninas, o nosso pensamento em conjunto. A gente está passando por um desmonte da política, mais específica da mulher, e ver os nossos pensamentos convergindo me inspirou. (P2)

DISCUSSÃO

O estudo é inovador, pois apresenta uma proposta de IE para a qualificação das profissionais que atuam na rede intersetorial. Os resultados evidenciaram que o jogo "Violetas" promoveu o envolvimento das profissionais, o compartilhamento das percepções sobre as questões de gênero e a reflexão sobre o enfrentamento da violência de gênero, de maneira agradável e lúdica, a despeito da dificuldade de lidar com o tema.

Esse dado corrobora resultados de uma revisão sistemática sobre o uso e o impacto da aprendizagem baseada em jogos na enfermagem, na qual a experiência dos estudantes foi considerada agradável, envolvente e motivadora. Também melhorou o trabalho em equipe e o relacionamento entre os estudantes⁽²⁰⁾. Além disso, outra revisão sistemática sobre o uso da gamificação na educação dos profissionais de saúde evidenciou progressos nos resultados, comportamentos e atitudes relacionadas à aprendizagem⁽²¹⁾.

O jogo "Violetas", somado à IE, propiciou a discussão sobre aspectos que potencializam ou dificultam a atuação de psicólogas,

assistentes sociais e técnicas-administrativas no enfrentamento da violência de gênero de forma horizontal, participativa e colaborativa. Além disso, estimulou a sugestão de ações como resposta a problemas da prática profissional. Em síntese, observou-se que a criação de uma experiência lúdica para questionamento da realidade contribuiu para a transformação do atendimento às mulheres em situação de violência nos cenários do estudo.

A violência de gênero é um fenômeno social que impacta na vida de homens e mulheres e tem diferentes expressões na sociedade. Segundo as participantes, o reconhecimento do problema é o primeiro passo para o enfrentamento, pois, na maior parte dos casos, não há a compreensão de que a experiência vivida se trata de violência. Isso influencia diretamente na extensão do tempo para o pedido de ajuda e na interrupção do processo judicial contra o agressor.

Revisão integrativa sobre os fatores que influenciam no silenciamento das mulheres em situação de violência identificou a preocupação com a imagem da família e os filhos, a consideração de que é um assunto privado, o sentimento de autculpabilização, o medo do agressor e das reações sociais, a dependência emocional e financeira. Além disso, destacou a preocupação com as respostas inadequadas dos profissionais de saúde e assistência social, as expectativas sobre os papéis de gênero, a naturalização da violência e os valores religiosos conservadores⁽²²⁾.

No que se refere às respostas dos profissionais de saúde, a literatura tem perspectivas diferentes, a depender do contexto social no qual as mulheres estão inseridas. Nesse sentido, pesquisa africana com 23 participantes da Atenção Primária à Saúde identificou a responsabilização das usuárias pela violência, devido ao comportamento passivo ou à ingestão de bebidas alcoólicas⁽²³⁾. Em contrapartida, pesquisa canadense com 30 mulheres vinculadas a abrigos constatou a não passividade, pois elas resistiram à violência e agiram para preservar a autonomia. Para uma parcela delas, a permanência na relação abusiva foi entendida como a melhor ou a única opção disponível⁽²⁴⁾.

A promoção da autonomia econômica e emocional das mulheres foi interpretada pelas participantes do estudo como sinônimo de se tornarem participativas no processo de enfrentamento, principalmente para a tomada de decisões. Pesquisa brasileira, com 16 mulheres que denunciaram os seus agressores, considera que a autonomia das mulheres deve ser estimulada desde a infância. Para tanto, é mister uma socialização que problematize as desigualdades de gênero e propicie a compreensão crítica dos padrões sexistas, pois homens e mulheres estão sujeitos às normas de gênero cultural e historicamente construídas⁽²⁵⁾.

Apesar de o atendimento da CMB ser centralizado nas necessidades das usuárias, as participantes do estudo discutiram a abordagem dos agressores para além do papel de réu no processo judicial. Consideraram que a punição não é suficiente para a mudança de comportamentos sexistas e que é preciso oferecer atendimento especializado que propicie a reflexão crítica sobre as questões de gênero que constituem o substrato das situações de violência.

Pesquisa realizada na Jordânia, com 14 homens, sobre a percepção da violência contra a mulher, revelou que a dominação masculina foi reconhecida por uma parcela dos participantes como forma de assegurar aos homens o controle sobre a vida das

mulheres. A violência foi entendida como maneira de resolver conflitos familiares e disciplinar os maus comportamentos que desfavorecem o poder masculino. Os participantes sugeriram a educação e o aconselhamento dos homens como ações para o enfrentamento do problema⁽²⁶⁾. Revisão sistemática, sobre a avaliação de intervenções para reduzir a violência contra mulheres e meninas na África Subsaariana, constatou que a inclusão dos homens em oficinas comunitárias sobre a mudança de crenças e normas de gênero possibilitou a redução da violência⁽²⁷⁾.

A partir das questões do jogo “Violetas” e da realidade, as participantes deste estudo elencaram ações direcionadas para as mulheres e os serviços especializados. A participação no jogo suscitou reflexões que permitiram a construção de ações, de modo colaborativo e participativo, com vistas à prática profissional envolvendo a orientação sobre a violência de gênero, a promoção da assistência individual e grupal e a consolidação da rede de atendimento.

A orientação sobre a violência de gênero foi evidenciada em pesquisa relacionada à implementação de intervenções para a redução do problema na Ásia Central, no Sul da Ásia e na África Subsaariana. O estudo salientou que as intervenções precisam ser planejadas com base no contexto local, direcionadas para os fatores que impulsionam a violência, oferecer apoio integral às mulheres em situação de violência, envolver homens e mulheres, e permitir a reflexão aprofundada sobre as questões de gênero. Sugeriu, ainda, que a implementação seja realizada por meio de atividades grupais com relações interpessoais positivas e métodos participativos⁽²⁸⁾.

A potencialidade da atividade grupal para o enfrentamento da violência pontuada pelas participantes deste estudo foi elucidada em pesquisa brasileira com 29 mulheres e nove profissionais de duas Varas de Justiça pela Paz. Constatou que os grupos de mulheres favorecem a reflexão e o empoderamento feminino, por propiciarem apoio, cuidado e autoconhecimento. Além disso, possibilitam expressar sentimentos, compartilhar vivências e repensar comportamentos⁽²⁹⁾.

As participantes deste estudo refletiram que o enfrentamento da violência não depende exclusivamente da mulher envolvida, mas requer uma rede de atendimento como resposta às consequências da violência e à consolidação de políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero nas diferentes dimensões da sociedade. Em relação à rede de atendimento, as participantes ponderaram que a oferta de serviços especializados não garante a superação do problema, pois, na prática, percebem-se a fragmentação e a descontinuidade da assistência às usuárias.

Esse resultado é relatado em pesquisa brasileira com 30 profissionais de uma equipe multiprofissional responsável pelo atendimento de mulheres que vivenciaram violência sexual. Como limites, foram apontados problemas relacionados ao fluxo de atendimento, à falta de instrumentalização dos profissionais, à revitimização, às falhas na comunicação e no acesso à informação, à estrutura física precária, ao déficit de recursos humanos e de protocolos de atendimento⁽³⁰⁾.

As participantes referiram que a fragilidade da rede de atendimento influencia na descontinuidade do enfrentamento da violência. Como barreira para a implementação das ações na prática profissional, foi ressaltado o atendimento prestado às

mulheres em situação de violência, pelos setores de segurança pública e justiça, em todos os cenários do estudo.

Pesquisa brasileira com mulheres e profissionais de duas Varas de Justiça avaliou que o atendimento policial e jurídico resolutivo é um recurso que apoia as mulheres para o enfrentamento da violência. Contudo, o longo período e as diferentes instâncias de julgamento podem motivar a desistência da denúncia. Os profissionais da rede de atendimento têm como responsabilidade orientar as mulheres para estimular a continuidade do processo judicial⁽²⁹⁾.

Além de o processo judicial ser oneroso, as participantes relataram que nem sempre as mulheres recebem o acolhimento e a escuta adequada. Esse dado corrobora resultados de uma revisão sistemática sobre as atitudes policiais na intervenção da violência contra a mulher. Foi constatado que 61,4% dos artigos revisados abordaram a intolerância policial, com destaque para a culpabilização da vítima, a isenção do agressor, a reprodução de estereótipos de gênero e a aceitação da violência. Essa tolerância refletiu na passividade dos profissionais durante a intervenção⁽³¹⁾.

A ausência de adesão dos profissionais às intervenções para o enfrentamento da violência também foi constatada em pesquisa norte-americana, que analisou a implementação de uma intervenção na rede de apoio social. Os resultados revelaram como desafios a capacidade organizacional, a preocupação com a segurança das mulheres em situação de violência e a dificuldade de atendimento aos agressores⁽³²⁾.

A qualificação dos profissionais para o atendimento foi vista como uma possibilidade para a superação dos limites citados pelas participantes deste estudo. No tocante a isso, pesquisa com 377 estudantes da área da saúde e assistência social de cinco países ressaltou que a maioria dos participantes não havia recebido orientação sobre uma abordagem adequada sobre a violência de gênero na formação universitária, portanto, não se sentiam preparados para intervir nas situações. Também valorizaram o aprendizado baseado na prática, quando comparado às discussões estritamente teóricas⁽³³⁾.

Revisão sistemática sobre estratégias educacionais para abordagem da violência com estudantes da área da saúde identificou palestras ou seminários, tutoriais, interações com as usuárias, educação por pares, teatro e oficina interativa como intervenções. Revelou que as estratégias interativas de aprendizado tiveram melhores resultados do que as atividades didáticas com participação passiva⁽³⁴⁾.

O aprendizado interativo voltado para a prática foi destacado pelas participantes como um aspecto positivo da IE proposta neste estudo. A oficina foi caracterizada como um importante momento para discussão sobre as situações cotidianas da CMB, pois a rotina dos atendimentos, marcada pelo déficit de profissionais e pela sobrecarga de trabalho, nem sempre permite pausas para refletir sobre o que está sendo implementado e como contribui efetivamente para o enfrentamento da violência de gênero.

Revisão sistemática sobre intervenções que abordam estereótipos e normas de gênero constatou que as propostas de educação participante, envolvendo homens e mulheres, durante várias sessões, tiveram maior sucesso para a transformação de comportamentos. Os resultados também chamam a atenção para a construção de um ambiente acolhedor e de relacionamentos positivos, permitindo maior aprofundamento sobre o conteúdo⁽³⁵⁾.

Outra pesquisa, relacionada à avaliação qualitativa de quatro programas de prevenção da violência contra a mulher em Gana, Ruanda, África do Sul e Tadjiquistão, verificou que as intervenções educativas grupais, que promovem o compartilhamento de experiências e a reflexão crítica sobre gênero, foram melhor avaliadas, pois possibilitaram a produção de novas ideias, a transformação de comportamentos, o fortalecimento do relacionamento e a confiança entre os envolvidos⁽³⁶⁾.

Limitações do estudo

O estudo teve como limitação o número reduzido de profissionais que participaram da coleta de dados, em decorrência da pandemia de COVID-19 e das medidas de restrições aplicadas em cada cenário. Também houve a ausência de profissionais de saúde que, apesar de constituir um dos personagens do jogo, não faz parte dos setores que integram a CMB, indicando a necessidade de expandir o estudo incluindo os serviços de saúde.

Contribuições para as áreas da saúde e da política pública

Os resultados revelaram que a proposta de IE por meio de jogo tem possibilidade de fomentar a reflexão sobre gênero, assim como a implementação de ações que visam à transformação da realidade das participantes no que se refere ao enfrentamento da violência de gênero. Dessa forma, os resultados contribuem para a efetivação de políticas públicas brasileiras de defesa dos direitos das mulheres, para a qualificação dos estudantes e profissionais de diversas áreas do conhecimento envolvidos no atendimento e para o apoio às mulheres em risco ou em situação de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As participantes consideraram que a proposta de IE por meio de jogo é potente para estimular o aprendizado colaborativo e

a qualificação das profissionais que atuam no enfrentamento da violência de gênero nos cenários do estudo. A IE também se mostrou lúdica, devido ao uso de jogo de tabuleiro, crítica, por possibilitar a reflexão sobre as expressões da violência de gênero implícitas na realidade, e emancipatória, por permitir (re)pensar a assistência às mulheres e as práticas desenvolvidas nos serviços que compõem a rede de atendimento.

Além disso, considera-se que, diante do contexto brasileiro de desmonte e subfinanciamento das políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres, para além da qualificação das profissionais, a IE possibilita o fortalecimento da rede intersetorial, pois tem como finalidade a implementação de ações na realidade que superam a experiência fictícia do jogo e transformam positivamente o processo de enfrentamento da violência de gênero para as mulheres, as profissionais e os serviços de atendimento.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAL

<https://doi.org/10.48321/D1MC70>

FOMENTO

Apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo nº 2017/11960-6, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

CONTRIBUIÇÕES

Fornari LF e Fonseca RMGS contribuíram com a concepção ou desenho do estudo/pesquisa. Fornari LF e Fonseca RMGS contribuíram com a análise e/ou interpretação dos dados. Fornari LF e Fonseca RMGS contribuíram com a revisão final com participação crítica e intelectual no manuscrito.

REFERÊNCIAS

1. Fornari LF, Lourenço RG, Oliveira RNG, Santos DLA, Menegatti MS, Fonseca RMGS. Domestic violence against women amidst the pandemic: coping strategies disseminated by digital media. *Rev Bras Enferm.* 2021;74(suppl 1):e20200631. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0631>
2. United Nations Women. Measuring the shadow pandemic: violence against women during COVID-19. Washington: UN Women; 2021. 20 p.
3. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 3a ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2021. 42 p.
4. Potter LC, Morris R, Hegarty K, García-Moreno C, Feder G. Categories and health impacts of intimate partner violence in the World Health Organization multi-country study on women's health and domestic violence. *Int J Epidemiol.* 2021;50(2):652–62. <https://doi.org/10.1093/ije/dyaa220>
5. Ciaschini C, Chelli FM. Evaluating the impact of Violence Against Women in the macroeconomic Input–Output framework. *Econ Syst Res.* 2021;33(2):214–49. <https://doi.org/10.1080/09535314.2020.1790505>
6. Kalra N, Hooker L, Reisenhofer s, Di Tanna GL, García-Moreno C. Training healthcare providers to respond to intimate partner violence against women. *Cochrane Database Syst Rev.* 2021;5:1-102. <https://doi.org/10.1002/14651858.CD012423.pub2>
7. Zainuddin Z, Chu SKW, Shujahat M, Perera CJ. The impact of gamification on learning and instruction: a systematic review of empirical evidence. *Educ Res Rev.* 2020;30(100326):1-23. <https://doi.org/10.1016/j.edurev.2020.100326>
8. Min A, Min H, Kim S. Effectiveness of serious games in nurse education: a systematic review. *Nurs Educ Today.* 2022;108(105178):1-9. <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2021.105178>

9. Pires MRGM, Almeida AN, Gottens LBD, Oliveira RNG, Fonseca RMGS. Gameplay, learning and emotions in the board game violets: cinema & action in combating violence against women. *Ciênc Saúde Colet*. 2021;26(8):3277–88. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021268.00902020>
10. Fornari LF, Fonseca RMGS. Board Game Violetas: the perspective of professionals addressing violence against women. *Rev Esc Enferm USP*. 2021;55:e20200238. <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2020-0238>
11. Monteiro RJS, Oliveira MPCA, Belian RB, Lima LS, Santiago M, Gontijo DT. DECIDIX: meeting of the Paulo Freire pedagogy with the serious games in the field of health education with adolescents. *Ciênc Saúde Colet*. 2018;23(9):2951–62. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.12782018>
12. Teixeira PMM, Megid Neto J. A typology proposal for action research. *Ciênc Educ*. 2017;23(4):1055–76. <https://doi.org/10.1590/1516-731320170040013>
13. Tong A, Sainsbury P, Craig J. Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): a 32-item checklist for interviews and focus groups. *Int J Qual Health Care*. 2017;19(6):349–57. <https://doi.org/10.1093/intqhc/mzm042>
14. Freire P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra; 2004. 148 p.
15. Presidência da República (BR). Decreto Nº 10.112, de 12 de novembro de 2019. Programa Mulher Segura e Protegida [Internet]. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres; 2019 [cited 2022 Apr 28]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10112.htm#art2
16. Minayo MCS. Sampling and saturation in qualitative research: consensuses and controversies. *Rev Pesq Qual* [Internet]. 2017 [cited 2022 Aug 9];5(7):1–12. Available from: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>
17. Fonseca RMGS, Amaral MA. Reinterpretation of the potentiality of Critical-emancipative Workshops. *Rev Bras Enferm*. 2012;65(5):780–7. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672012000500010>
18. Bardin L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70; 2011. 280 p.
19. Minayo MCS, Costa AP. Techniques that use speech, observation and empathy: qualitative research in action. Aveiro: Ludomedia; 2019. 63 p.
20. Tavares N. The use and impact of game-based learning on the learning experience and knowledge retention of nursing undergraduate students: a systematic literature review. *Nurse Educ Today*. 2022;117:105484. <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2022.105484>
21. van Gaalen AEJ, Brouwer J, Schonrock-Adema J, Bouwkamp-Timmer T, Jaarsma ADC, Georgiadis JR. Gamification of health professions education: a systematic review. *Adv Health Sci Educ*. 2021;26:683–711. <https://doi.org/10.1007/s10459-020-10000-3>
22. Pokharel B, Hegadoren K, Papathanassoglou E. Factors influencing silencing of women who experience intimate partner violence: an integrative review. *Aggress Violent Behav*. 2020;52:101422. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2020.101422>
23. Silva A, Silva M, Semedo D, Fortes D, Santos A, Fonseca K. Perceptions of primary health care workers regarding violence against women. *Rev Esc Enferm USP*. 2022;56:e20210097. <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0097>
24. Nolet AM, Morselli C, Cousineau MM. The Social Network of Victims of Domestic Violence: A Network-Based Intervention Model to Improve Relational Autonomy. *Violence Against Women*. 2021;27(10):1630–54. <https://doi.org/10.1177/1077801220947169>
25. Machado DF, Castanheira ERL, Almeida MAS. Intersections between gender socialization and violence against women by the intimate partner. *Ciênc Saúde Colet*. 2021;26:5003–12. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.02472020>
26. Al-Natour A, Gillespie GL. Men's Perceptions of Violence against Women: Improving Cultural Literacy for Combating Violence within Family. *Clin Nurs Res*. 2022;31(2):251–60. <https://doi.org/10.1177/10547738211027223>
27. Keith T, Hyslop F, Richmond R. A Systematic Review of Interventions to Reduce Gender-Based Violence Among Women and Girls in Sub-Saharan Africa. *Trauma, Violence, Abus*. 2022;0(0):1–22. <https://doi.org/10.1177/15248380211068136>
28. Jewkes R, Willan S, Heise L, Washington L, Shai N, Kerr-Wilson A, et al. Elements of the design and implementation of interventions to prevent violence against women and girls associated with success: Reflections from the what works to prevent violence against women and girls? global programme. *Int J Environ Res Public Health*. 2021;18(22):1–16. <https://doi.org/10.3390/ijerph182212129>
29. Carneiro J, Gomes N, Estrela F, Paixão G, Romano C, Mota R. Unveiling the strategies used by women for confronting marital violence. *Texto Contexto Enferm*. 2020;29:e20180396. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0396>
30. Trentin D, Vargas MAO, Leal SMC, Ferreira ML, Neves FB. Women in situations of sexual violence: potentialities and weaknesses of the intersectoral network. *Rev Bras Enferm*. 2020;73(4):1–8. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0856>
31. Serrano-Montilla C, Lozano LM, Alonso-Ferres M, Valor-Segura I, Padilla JL. Understanding the components and determinants of police attitudes toward intervention in intimate partner violence against women: a systematic review. *Trauma, Violence, Abus*. 2021;1–16. <https://doi.org/10.1177/15248380211029398>
32. Kim ME. Shifting the Lens: an implementation study of a community-based and social network intervention to gender-based violence. *Violence Against Women*. 2021;27(2):222–54. <https://doi.org/10.1177/1077801219889176>
33. Bradbury-Jones C, Hallett N, Sammut D, Billings H, Hegarty K, Kishchenko S, et al. Gender-based violence: a five-country, cross-sectional survey of health and social care students' experience, knowledge and confidence in dealing with the issue. *J Gender-Based Violence*. 2021;5(1):129–47. <https://doi.org/10.1332/239868020X15850132209691>
34. Sammut D, Kuruppu J, Hegarty K, Bradbury-Jones C. Which violence against women educational strategies are effective for prequalifying health-care students? a systematic review. *Trauma, Violence, Abus*. 2021;22(2):339–58. <https://doi.org/10.1177/1524838019843198>

35. Stewart R, Wright B, Smith L, Roberts S, Russell N. Gendered stereotypes and norms: a systematic review of interventions designed to shift attitudes and behaviour. *Heliyon*. 2021;7(4):e06660. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2021.e06660>
 36. Stern E, Willan S, Gibbs A, Myrntinen H, Washington L, Sikweyiya Y, et al. Pathways of change: qualitative evaluations of intimate partner violence prevention programmes in Ghana, Rwanda, South Africa and Tajikistan. *Cult Health Sex*. 2021;23(12):1700–16. <https://doi.org/doi.org/10.1080/13691058.2020.1801843>
-